

A economia num ano eleitoral

O presidente José Sarney decidiu, uma vez por todas, colocar a política econômica a serviço da política *tout court*, neste ano eleitoral. Diante das medidas que lhe foram apresentadas por seus ministros com a dissimulada intenção de reduzir um déficit (que há algumas semanas não existia), preferiu escolher as que poderiam demonstrar o espírito de justiça da Nova República, empenhada em poupar os pobres para tributar apenas os "privilegiados". Mas o essencial (para o presidente...) do Plano Cruzado ficará a salvo: os índices do custo de vida não acusarão aumentos.

Cogitara-se de um empréstimo compulsório sobre o consumo de energia elétrica, o que parecia constituir uma exigência do Banco Mundial para que se pudesse sanear o setor, excessivamente endividado. Todavia, tal providência viria a atingir toda a população, pelo que, ao que se presume, se optou pelas "funaretas", um empréstimo compulsório, que recairá apenas sobre a gasolina e o álcool carburante. Tudo a lembrar a malograda tentativa de lançamento, pelo governo Geisel, das então chamadas "simonetas".

Desde que, por definição, o transporte urbano e de mercadorias (será verdade?) é feito com veículos que empregam óleo diesel, a medida não exercerá impacto sobre os preços, ficando claramente estabelecido que um empréstimo — meio compulsório, uma vez que ninguém obriga ninguém a encher os tanques dos automóveis — não pode ser incluído nos índices de preços. Apenas alguns "privilegiados" usam seu automóvel, veículo que, para o governo, nunca foi um instrumento de trabalho.

É no mesmo espírito que se cobrará um empréstimo compulsório ou o IOF sobre despesas feitas por turistas no Exterior. O governo de Moscou, respeitando o direito dos seus cidadãos de viajar para outros países, já havia descoberto um recurso democrático: o custo exorbitante do passaporte. Como apenas os privilegiados podem rumar para o Exterior, normal será que venham a contribuir para fornecer recursos ao Programa de Metas que o governo pretende lançar.

Ao que parece, o Plano Cruzado não conseguiu coibir as operações financeiras de curto prazo. Mas, tendo as taxas baixado muito, o Tesouro perdeu preciosas receitas, que acabaram por afetar as contas públicas. Cumpre, portanto, ensinar a Nação a "poupar a longo", isto é, as operações de curto prazo serão tributadas pesadamente, onerando-se, suavemente, as de longo prazo.

Na realidade, o governo está pensando apenas em robustecer suas receitas (uma vez que num ano eleitoral não conviria reduzir os gastos) a fim de que o déficit (que ao que se anunciou não existe) não venha a atingir os 8% do PIB que já se configuram. A exemplo de Juscelino Kubitschek, que des cobriu, com os leilões de Promessas de Venda de Câmbio, uma maneira de reduzir as emissões de moeda, deixando a seu sucessor o encargo de fornecer as divisas prometidas, o governo de Sarney lançará as suas "funaretas" (que, segundo alguns, terão um prazo de três anos), a ser reembolsadas por seu sucessor, aliás, com uma correção monetária, o que vem demonstrar que não foi o sistema de indexação que acabou com o Plano Cruzado, mas sim uma

indexação que se fundamentará em índices de preços que captam apenas uma pequena parcela dos aumentos reais.

Todos deverão concordar quanto à necessidade de se financiar investimentos indispensáveis à manutenção da atual taxa de crescimento: o Plano de Metas o mostrará, mas somente os ricos serão atingidos, o que, aliás, apenas reduzirá a poupança privada para engrossar a canalização da poupança para o setor público.

O governo, todavia, deseja provar seu realismo, e está propondo medidas que todos devem apoiar. Por um lado, facilitar-se-á a entrada do capital estrangeiro para aplicações no mercado de ações; por outro, o imposto sobre remessas de lucro (estabelecido em período em que as taxas de juros no mercado internacional eram negativas) será reduzido visando a estimular as aplicações de risco no País. Tal não ocorrerá, no entanto, em todo e qualquer setor: a informática continuará nossa e talvez também a química fina. Conforme se verifica, o governo Sarney, embora tão desenvolvimentista quanto o de Juscelino Kubitschek, não pretende, todavia, seguir um modelo entreguista que abriu a economia brasileira a tantas multinacionais.

Há que reconhecer que imaginação não falta aos homens de Brasília: conseguem elevar os preços (sob a pressão do mercado...), carreando, porém, para seus cofres tais aumentos sem afetar os índices de preços. Por que não baixar então um decreto-lei no qual se esclarecesse que todos os aumentos acima da tabela seriam permitidos desde que, sob a forma de "funaretas"?